



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 03

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte seis pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências; -----

2. Apreciação e Votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Orçamento Colaborativo 2026; -----

3. Apreciação e Votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2026. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

PARTIDO SOCIALISTA – Ricardo Jorge Amorim Teixeira, José Luís Ferreira Rodrigues da Silva, Ana Sofia Pinto Barbosa, António José dos Reis Ferreira; Ana Sofia Carvalho dos Santos; Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida e Ana Maria Miguéis Martins e Sá.

O PORTO SOMOS NÓS – João Pedro Rocha Videira, José Manuel Borregana Meireles, Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda, Manuel Cardoso Monteiro, Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia, Augusto Artur Saldanha e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves -----

CDU – Ana Margarida da Silva Almeida -----

CHEGA – Sara Isabel Rocha Freitas da Silva -----

FAZER À PORTO – José Alexandre Cordeiro de Melo Teixeira -----

BLOCO DE ESQUERDA – Miguel Albergaria Furtado Semedo -----

Faltas: -----

PSN – Susana Machado Estácio Marques, substituída por Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda e Maria João de Freitas Arriscado Nunes, substituída por Augusto Artur Saldanha. -----





**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

PSN – Susana Machado Estácio Marques e Maria João de Freitas Arriscado Nunes.

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Madalena Cristina Von Hafe Garcia (Vogal Secretária), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais: Ângela Maria Fangueiro Cintra, Sandra Maria Ribeiro Mondim e José António Teixeira. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes, uma vez que existia quórum declarou aberta a sessão. Estiveram presentes 19 elementos. Uma vez que não estavam presentes as Secretárias da Mesa, solicitou ao Deputado da IL, o favor de ocupar o lugar de 1º Secretário, pois é o nome a seguir na lista da Coligação. Aproveitou igualmente para solicitar ao PS, o nome do 2º Secretário para a Mesa. Entretanto perguntou ao Plenário se alguém se opunha a esta escolha, mas nenhum membro se opôs. O PS indicou a deputada Ana Sofia Barbosa. No período de antes dia, foi colocada a votação a Ata nº 2, de 30/12/2026, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida Assembleia. Afirmou que o PS apresentou um Voto de Pesar “Pelas vítimas da Tempestade Kristin ocorrida em 28 de janeiro de 2026”. De imediato procedeu à sua leitura, sendo anexado a esta Ata como anexo nº 1. Colocado a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade e de imediato guardado um minuto de silêncio. De seguida foi dada a palavra ao público para intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato entrou-se no período da Ordem do Dia, com o **Ponto 1** da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Informou que numa reunião com os Presidentes de Junta e Executivo Municipal, foi pedido um aumento de 15%, para fazer face ao aumento do salário mínimo, pois causou um esforço financeiro à Junta de 3%. Relembrou que o voto desta União de Freguesias na Assembleia Municipal foi contra o Orçamento, porque não espelha o reflexo do trabalho desenvolvido, acompanhado do respetivo cheque para fazer frente a todas as despesas. No entanto referiu a importância de aprovação deste Ponto para o bom desempenho financeiro desta autarquia. ---

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que este Contrato Interadministrativo de competências é uma ferramenta importante para o funcionamento da Junta, sobretudo nos Equipamentos, Balneários, Lavadouros, Venda Ambulante e Cultura. Concorde com o Sr. Presidente da Junta quando afirmou que 3% é muito reduzido, em virtude da subida dos preços. Apesar de já estar implementado há 10 anos, em 2015 a União de Freguesias recebeu 890,000,00€ e em 2026 cerca de 852.000,00€. É uma redução significativa e gostaria de saber a opinião do Executivo e restantes forças políticas. Entende que deveria ser feita uma avaliação deste Contrato, porque é manifestamente preocupante. Realizaram-se despesas de manutenção destes equipamentos que foram asseguradas pela Junta. Observam documentos com imensas páginas, com contratos de vários anos, mas não aparece nenhum Relatório, que tenha sido cedido aos Membros desta Assembleia de Freguesia. -----

Margarida Almeida (CDU) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De seguida proferiu a leitura do documento “1-CIDC 2026”, que fica anexo a esta Ata, como Anexo 2. -----

Presidente da Junta - Dirigiu-se em primeiro lugar ao Deputado do BE para informar que existe uma promessa da CMP para rever o contrato existente e deixar de fazer aditamentos. De seguida respondeu à Deputada da CDU para informar que o Executivo tem um Orçamento que apresentou a esta Assembleia e a CDU foi a única força política que votou contra. Deixar de ter delegações de competências da Câmara para a Junta é impensável. A Câmara tem de ver a





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Junta de Freguesia como parceira e como uma autarquia de proximidade. -----

Ana Miguéis (PS) – Afirmou que a Bancada do PS iria votar a favor deste Ponto da O.T. A Junta precisa deste contrato de delegação de competências. O que se constata é que o aumento do valor do ordenado mínimo e dos preços em geral, faz com que o esforço financeiro desta Junta, tenha aumentado cerca de 8%, enquanto quer o da Câmara só concedeu 3% de aumento. No entanto verificou-se que as empresas municipais tiveram aumentos significativos, como a Ágora, por exemplo, que foi de 40%. Por esta razão, o Executivo votou contra o Orçamento Municipal. Entendem que deveriam ter um aumento que correspondesse aos serviços prestados nesta delegação de competências, na persecução do interesse público e proteção dos direitos dos cidadãos. Apesar do discurso do Sr. Presidente da CMP na tomada de posse afirmar que queria estar perto das Juntas e das pessoas, na prática não é bem assim, pois este Contrato tem início a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro, na prática isso não se verifica. Esta Junta está praticamente há 2 meses sem receber a devida quantia em dinheiro, mas devido a existir uma almofada financeira, a Autarquia tem conseguido honrar os compromissos. Isto prova a boa gestão que tem efetuado. Preocupa-os a forma incongruente, a forma de não dar respostas eficazes às preocupações da Junta de Freguesia e evidentemente a todos os fregueses da Cidade do Porto. -----

Presidente da Junta – Afirmou que realmente só irão receber em março, devido ao atraso na assinatura do contrato. Têm um saldo de gerência que permite conseguir pagar os vencimentos aos funcionários, situações que não são causadas por esta União de Freguesias. Quis chamar a atenção desta Assembleia para a responsabilidade na votação do Plano e Orçamento, bem como da Conta de Gerência. -----

José Meireles (PSN) – Afirmou que relativamente à necessidade de aprovação deste documento, quis deixar uma pequena nota. Recordou a votação no Orçamento da Câmara, colocando em causa a sua aprovação, o que os colocaria numa situação bem mais difícil. Entendeu que existiu um fator que não foi referenciado. O Sr. Presidente da Junta referiu o saldo positivo da Conta de Gerência e a preocupação com o aumento do salário mínimo é real. Mas verifica-se claramente que são colmatados com a saída e aposentação de um conjunto significativo de funcionários, o que permitiu obter uma almofada financeira, que deu para verificar na Conta de Gerência, devido à redução mensal dos custos suportados com pessoal e em cada ano que passa, esses custos diminuem. Quer também registar que aguardam as propostas do novo executivo municipal e as negociações com as diferentes Juntas. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o Sr. Deputado não conhecia bem a delegação de competências e deu um exemplo: Têm 11 Sanitários na Zona Histórica do Porto, em que tem de estar presente um recurso humano. Se essa pessoa tiver um aumento de 8% no vencimento e a Câmara só entrega 3%, existe um prejuízo nessa contratação de 5%. Esclareceu que o voto contra na Assembleia Municipal foi no sentido de dizer que não aceitava este aumento. Entende que ao tomar esta atitude, está a defender esta União de Freguesias. Relembrou no que diz respeito às contas, esta autarquia tem uma gestão financeira equilibrada, rigorosa, transparente e com a consciência de nunca falhar com os seus funcionários e fregueses. -----

José Meireles (PSN) – Afirmou que entende que de um ano para o outro, os encargos com os funcionários dos Sanitários aumentaram, porque o salário mínimo aumentou 5,7% e a Câmara só aumentou 3%, está a perder dinheiro. Dos 11 Sanitários alguns estão fechados e nos outros não está contabilizado a receita desse equipamento. Existem as despesas com água, luz e funcionário e o cidadão paga o preço tabelado, mas que não sabem, com rigor, quanto é a receita, que eventualmente a diferença não será assim tanta. As contas estão equilibradas, é

3



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

verdade, mas à custa do rigor? Da transparência? Deve-se acima de tudo a um menor número de funcionários que era excessivo no passado. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que a gestão financeira da Junta tem sido bem-feita, ponderada e equilibrada. As delegações de competências devem ser exigidas ao Estado Central e ao Governo com o respetivo cheque, assim como a Câmara Municipal deverá ser justa na contratação dos seus serviços. -----

Miguel Semedo (BE) – afirmou que o BE ia votar favoravelmente este Ponto da O.T., por ser necessário para a Junta, bem como para os fregueses desta União de Freguesias. Referiu que era muito importante a disponibilização dos relatórios, porque seriam muito úteis para esta discussão. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Iniciou a sua intervenção por saudar todos os presentes. Quis fazer uma referência à situação em que o país se encontrava, devido ao mau tempo. Quis realçar o esforço efetuado para ajudar todas as pessoas que necessitaram de ajuda, nas zonas atingidas e também o empenho do Executivo junto das populações ribeirinhas, residentes nesta União de Freguesias. Entendem também que o valor transferido pela CMP não é o suficiente. Subscrive a posição do Deputado do BE, Miguel Semedo, quanto à disponibilização de relatórios, pois seria uma mais-valia para uma leitura global e abrangente. -----

-Ricardo Baptista PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. afirmou que este contrato de delegação de competências, este dinheiro que vem da Câmara Municipal para a Junta é para apoiar no funcionamento dos Sanitários, embora no Orçamento desta União, esteja escrito que vai haver um grande aumento de receitas com estes Equipamentos e nesse capítulo estarão esclarecidos. Quis salientar que o Sr. Presidente da CMP, no próximo ano, iria rever esses contratos. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que uma delegação de competências é um serviço municipal, não é uma ajuda. Os Sanitários são da Câmara e que passaram para gestão da Junta, acompanhado do respetivo cheque. -----

Presidente da AF – Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à votação do Ponto 1 da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”. Este Ponto foi aprovado por unanimidade. De imediato entrou-se no Ponto 2 da O.T. “Apreciação e votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Orçamento Colaborativo 2026”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – afirmou que Orçamento Colaborativo é essencial para apoiar projetos que têm impacto direto nos fregueses desta União e deseja que o Executivo Municipal não acabe com este procedimento. -----

Pedro Videira (PSN) – afirmou que só iria dar duas ou três notas sobre o documento. De seguida referiu que no documento é mencionado a composição do Júri, sendo três elementos efetivos e três suplentes. A título sugestivo, a possibilidade de um elemento do júri ser Membro desta Assembleia, tendo sido previamente eleito por todos os Deputados, após votação. -----

Presidente da Junta – Explicou que no ano passado, a Junta aumentou em 50,000.00€, sendo 30.000.00€ para o Apoio ao Associativismo e 20,000.00€ para o Colaborativo. Este ano, essa verba irá ser aplicada na recuperação de património. Referiu que na Assembleia Municipal, a CDU mencionou que esta União de Freguesias é a que mais distribui. O Júri tem três elementos que são fregueses e que conhecem muito bem o processo, as Associações e Instituições. -----

Ana Miguéis (PS) – Referiu que em nome da Bancada do PS, iriam votar favoravelmente este documento. Entendem que o Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

participativa, através do qual, os cidadãos têm a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo os projetos que desejam ver implementados. Desejaram que o Executivo Municipal continue a apoiar estes projetos, pois, muitas vezes, são as únicas respostas às necessidades de Creches, Lares, IPSS e outros serviços essenciais. -----

Margarida Almeida (CDU) – Iniciou a sua intervenção por ler o documento “2 – Orçamento Colaborativo 2026”, o qual fica anexado a esta Ata como anexo 3. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer à Sr^a Deputada da CDU que ao votar contra o Orçamento Colaborativo, está a votar contra os projetos que esta Autarquia apoia, como sendo as Creches, Lares e Salas de Estudo. -----

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que o BE entende que este é um documento importante para a Junta, embora note bastantes fragilidades. Compreendem o não haver reforço no orçamento para este ano, porque vai ser uma aposta do Executivo na manutenção do Património. Solicitou o esclarecimento do porquê só existir reforço em 2025 e não em 2024 nem em 2023. Deveria existir um regulamento com participação desta Assembleia de Freguesia para os requisitos de aceitação referente ao processo do orçamento colaborativo. Admitem-se candidaturas individuais e coletivas, às vezes com dimensões muito diferentes. Poder-se-á correr o risco de coletividades e/ou associações ou empresas, dominarem estes concursos. Pretendia ser esclarecido na questão da eleição do Júri, já que na primeira sessão do Orçamento Colaborativo, há uma eleição. -----

Presidente da Junta – Relembrou que ao tomar posse desta Junta, ela estava falida, não tinha dinheiro para pagar vencimentos. Através de uma boa gestão financeira, conseguiu construir uma almofada financeira, para que a situação anterior não volte a acontecer. De seguida explicou como é eleito o Júri do Orçamento Colaborativo. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Afirmou que concordava com as preocupações do BE e CDU, no sentido que havendo uma profissionalização de candidaturas e isso poder acarretar alguma desigualdade perante uma associação, que porventura, não tenha o mesmo conhecimento técnico e como consequência não possa apresentar uma proposta, devido aos poucos recursos existentes. Na visão política do LIVRE para a Autarquia, mais do que o orçamento colaborativo, está a defesa de um orçamento participativo, para que as propostas dos fregueses pudessem efetivamente serem votadas pelos próprios, admitindo até, assumirem um modelo misto, em que também existisse um Júri. Por outro lado, gostariam que uma parte deste valor, fosse fracionado, sendo consignado para um orçamento participativo jovem. Era uma forma de incentivar os jovens à participação política junto do Poder Local. -----

Presidente da Junta – Esclareceu que esta União de Freguesias é a que mais candidaturas recebe. Nenhuma candidatura fica por fazer, pois existe um gabinete de apoio a todas as Associações que necessitem de ajuda. Quanto ao Orçamento Colaborativo ou Participativo, o nome difere, mas ambos se completam, onde todas as pessoas têm o direito de apresentar um projeto, incluindo os jovens, pois não existe nenhuma exclusão. -----

Pedro Videira (PSN) – Afirmou que a questão do júri é a mais relevante, pois tem algumas dúvidas quanto ao seu funcionamento e à escolha das candidaturas, porque lhe parece que há uma lista de pré-seleção. De seguida efetuou a leitura de uma parte do Regulamento e que na sua interpretação algo não está bem. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que na sessão pública da apresentação dos projetos, aí são apresentados todos os projetos e candidaturas. É aí que são eleitos o 4^o e o 5^o júri. Não existe nenhuma lista de pré-seleção. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Afirmou que gostaria de colocar três questões para que pudessem ser ponderadas. A primeira tem a ver com o júri e na sua opinião, deveria haver um ou dois





**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

elementos desta Assembleia a integrem este órgão. A segunda questão é sobre o Orçamento Colaborativo, que na sua opinião não o é, porque prevê a participação dos munícipes na votação dos projetos e só conta 20%. Pouco conta este valor, porque o júri decide, ultrapassa muito aquilo que os munícipes podem contar. Na sua opinião, a votação deveria ser mais equilibrada. O terceiro ponto tem a ver com as candidaturas aprovadas, porque existem aquelas que são aprovadas no primeiro ano e têm uma continuidade durante um período. Na sua opinião deveria existir uma alínea que impedisse que um determinado concorrente, uma candidatura pudesse ganhar de forma interrupta por um período mais longo. Desta forma mais candidaturas poderiam participar. -----

Presidente da Junta – Afirmou que até concordava com algumas das ideias apresentadas, mas o Orçamento Colaborativo traz as suas diretrizes. É uma delegação de competências e a Junta não tem competência de modificar. A Junta escolhe três elementos externos para a sua composição e os Membros da Assembleia, não são externos. A Junta apoia projetos, não Instituições. Se uma determinada Associação apresentar um excelente projeto que tem bastante impacto junto da população, como Presidente fica contente que os fregueses recebam essa resposta. -----

Pedro Videira (PSN) – Iniciou a sua intervenção por falar sobre a short liste e a sua dúvida é se ela existe, mas na sua opinião, entende que sim. Mas se na prática ela existe ou não, é outra conversa e se não é cumprida, isso é com o Executivo. Salieta que deveria o Executivo dar um voto de confiança a esta Assembleia, para poder ter um seu representante no júri de três. -----

Presidente da Junta – Afirmou que nunca houve short liste na União de Freguesias e pode verificar as sessões públicas anteriores. Todos os projetos têm direito a serem apresentados. Quanto ao Júri, entende que provavelmente será o último ano desta ferramenta, pois o Executivo Municipal está a fazer um estudo para transformar estes dois contratos num só modelo. -----

José Meireles (PSN) – Interveio para fazer duas pequenas referencias. Apesar de o Júri, até hoje, não ter feito nenhuma short list, nada impede que o não possa fazer este ano, se assim o entender. No Regulamento isso é permitido. Concorda que se um projeto tem impacto na população, deve manter-se e deverá ser feita a sua avaliação. Mas nunca sabem qual o resultado dessa avaliação, a Assembleia não tem nenhum relatório técnico sobre esta avaliação. Aproveitou para lançar o desafio, uma vez que é caso perdido a participação da Assembleia no Júri, receberem um relatório, depois de aprovadas as candidaturas, detalhado do Júri, do Executivo ou de quem entender, sobre as atividades desenvolvidas. -----

Presidente da Junta – Afirmou que foi eleito Presidente da Junta, defende os interesses desta União de Freguesias e tem desenvolvido um excelente trabalho em prol dos fregueses. Todos os contributos vindos da Assembleia e que entenda serem bons, são bem-vindos. Quanto aos relatórios de execução eles são exigidos pela Câmara que é quem delega a competência na Junta e todos os projetos. Todas as Associações entregam esses relatórios. Informou que não os lê, porque vai lá ver e o Sr. Deputado pode fazer o mesmo. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Afirmou que estava um pouco preocupado porque se o Sr. Presidente não ler os relatórios, alguém o deveria fazer. De seguida pretendia fazer uma pergunta à coligação “O Porto Somos Nós”. Ao propor dois Membros da Assembleia para integrem o Júri, parece-lhe que vai redundar na lógica das forças existentes. Entende que nos próximos quatro anos, estes representantes vão oscilar entre o PS e o PSN, o que na sua opinião não é muito democrático. -----

Duarte Miranda (PSN) – Perguntou ao Sr. Presidente da Junta em que artigo estava escrito que o Júri teria de ser externo. -----



José Meireles (PSN) – Referiu que não duvidava que as Instituições contempladas não entregassem os seus relatórios de atividades ao município, presumindo que o Sr. Presidente tem conhecimento disso. O que ele solicitou é que os fornecessem também à Assembleia. No que diz respeito à ocupação do tempo, uma vez que foi eleito pela população como Presidente desta União de Freguesias, afirmou que não fazia mais do que a sua obrigação, visitar as coletividades e perceber o pulsar das situações. -----

Presidente da Junta – Afirmou que os Deputados da Assembleia também são eleitos, faz parte de cada um interessar-se pela União de Freguesias e visitar os projetos. É sentido público. Também relembrou que o Executivo foi escolhido nas últimas eleições autárquicas e cabe-lhes escolher o Júri externo que está no contrato. É independente, embora esteja na lista do PS, mas têm trabalhado muito bem em equipa. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Afirmou que o modelo que existe é estranho e não permite a participação de nenhum grupo político ou grupo parlamentar. Entende que o modelo sobre os elementos da Assembleia, poderia ser negociada, poderia ser rotativa, um modelo que fosse representativo de todas as forças políticas. É uma questão de pensar e refletir sobre este assunto. O importante é que os projetos aprovados sejam bons para as pessoas e elas reconheçam o seu valor. -----

Presidente da AF – Informou o Plenário que não havia mais inscrições. De imediato passou-se à votação do Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Orçamento Colaborativo 2026”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 17, sendo 7 do PS, 7 do PSN, 1 do LIVRE, 1 do CHEGA e 1 do FA. Abstenções: 2, sendo 1 da CDU e 1 do BE. Este Ponto foi aprovado. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto e passo a citar: O BE se absteve nesta votação porque apesar deste Orçamento Colaborativo ser um importante mecanismo à participação direta da população nas escolhas orçamentais da Junta, mas apresenta bastantes fragilidades e esvazia um pouco esta Assembleia na elaboração dos regulamentos, dos critérios de seleção e mesmo não só esta Assembleia, mas também mesmo essa participação popular é bastante reduzida e toda ela colocada num Júri nomeado pelo Executivo. Por isso não votamos a favor, por isso abstiveram-se por ser na mesma importante no incentivo à participação”, fim de citação. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto e passo a citar: “Embora o LIVRE considere que este modelo de Orçamento Colaborativo está muito aquém da nossa visão política para esta autarquia, nomeadamente gostariam que fosse participado de forma direta e que refletisse a forma de participação democrática. Devendo existir um regulamento que pusesse fim ou que esclarecesse potenciais ambiguidades ou situações a evitar. Consideramos que face ao atual estado da situação não iremos objetar relativamente àquilo que é necessidade de dar curso a este Orçamento, razão pela qual o LIVRE vota a favor, não vai obstaculizar a normal persecução deste Orçamento”, fim de citação. -----

Margarida Almeida (CDU) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto e passo a citar: “A CDU absteve-se porque o Sr. Presidente não respondeu às perguntas que lhe foram dirigidas, nomeadamente sobre a abertura da Junta para formular ou o regulamento ou diretrizes para o Júri, para que os projetos selecionados se adequem melhor à finalidade da União de Freguesias. Também não foi respondida à pergunta sobre o processo das questões de transparência relativamente à apresentação dos relatórios. Também quero salientar que a questão dos relatórios foi referida, creio que por quase todas as forças políticas e acho que isso também é um indicador da importância deste ponto e eles devem ser diretrizes da Assembleia, a fim de garantir a transparência do processo”, fim de citação. -----



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

Presidente da AF – De imediato entrou-se no Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2026”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que este é um Contrato que já vem estipulado com critérios e regras da Câmara, não podem ser alterados e espera que continue. Existem muitas coletividades e associações que dependem destes projetos. Deseja que o novo Executivo Municipal veja esta ferramenta como muito importante para todas as Juntas e Uniões de Freguesias. -----

Ana Miguéis (PS) – Nesta intervenção salientou que este Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, é um Contrato Interadministrativo e passou a citar o que consta no próprio contrato. Deseja que o Executivo Municipal continue a apoiar as associações, pois são as forças vivas que promovem a união, a solidariedade, a coesão social, a cultura, o desporto, a inclusão social, a diversidade cultural, o ambiente e o bem-estar animal. Declarou que o PS iria votar favoravelmente este Contrato, pois acreditam que podem promover um futuro melhor para todos. -----

José Meireles (PSN) – Perguntou ao Sr. Presidente se o Júri se iria manter e se mantinha a sua posição fechada sobre a participação desta Assembleia no Júri. O Sr. Presidente decide e os Membros da Assembleia assistem. Acrescentou que os relatórios finais eram importantes, mesmo não sendo avaliados pela Junta, teriam conhecimento. -----

Presidente da Junta – Afirmou que ninguém está fechado, é ciência política. A função da Assembleia é deliberar e fiscalizar. A função do Executivo é executar. Informou que a equipa do Júri é diferente do Colaborativo, embora um elemento se mantenha nos dois. Entendem que é importante um Júri saber das candidaturas no Colaborativo e as candidaturas do Associativismo. Salientou que cada Órgão tem funções diferentes. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Relativamente ao Apoio ao Associativismo, pretendia questionar o Executivo se à sua distribuição financeira pelas áreas do fundo para o Associativismo, coesão social, cultura e animação, desporto, educação, juventude e ambiente seja ponderada relativamente à disposição por estas seis áreas ou se a distribuição vai ser equitativa. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que será em reunião de Executivo que decidirão, após a aprovação do mesmo, mas que nunca foi equitativo. Foi sempre decidido nos eixos que entenderem serem os mais importantes para a Freguesia. -----

Margarida Almeida (CDU) – Iniciou a sua intervenção por ler o documento “3 – Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2026”, que fica anexado a esta Ata como Anexo 4. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer à Srª Deputada que se conhecesse alguma associação ou coletividade que não tivesse apresentado o seu projeto, que não tenha tido ajuda da Junta, que dissesse o nome. Na Assembleia Municipal, a Bancada da CDU, afirmou que esta União de Freguesias é a que mais elege, que tem mais candidaturas e não deixam ninguém de fora. Quanto ao regulamento, os critérios, os termos e as condições vêm no contrato da Delegação de Competências, da CM para a Junta. Provavelmente este poderá ser o último ano, pois com a alteração da política da cidade, será arranjada outra ferramenta, mas tem esperança que continue a apoiar o Associativismo. Os Regulamentos de certeza que serão novos, aprovados pela nova Câmara. -----

Presidente da AF – Informou que não tinha mais inscrições, passou de imediato à votação do Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e votação das Condições de Atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuenses 2026”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor, 18, sendo 7 do PS, 7 do PSN, 1 do CHEGA, 1



do LIVRE, 1 da CDU e 1 do FA. Abstencões: 1, do BE. Este Ponto foi aprovado. De seguida deu a palavra ao Sr. Deputado do BE para efetuar uma Declaração de Voto. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para fazer a Declaração de Voto em que afirmou o seguinte e que passo a citar: “O BE absteve-se nesta votação e novamente como no Orçamento Colaborativo, apesar de considerarmos o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense um mecanismo importantíssimo. Neste caso de participação coletiva essencial para muitas Associações da nossa União de Freguesias, achamos novamente que contém bastantes fragilidades. Não há um regulamento definido por esta Assembleia de Freguesia e o apoio financeiro é curto e não chega a todas as Associações que se candidatam e, portanto, tem bastantes limitações em questões de transparência e participação na prática e abertura a todas as Associações”, fim de citação. -----


Daniel Gonçalves (LIVRE) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto em que afirmou o seguinte e passo a citar: “O LIVRE votou a favor porque não irá obstaculizar a atribuição deste fundo que é de grande importância para o associativismo local. Nós também comungamos de algumas preocupações, nomeadamente a necessidade de um regulamento que faça um enquadramento mais específico daquilo que está plasmado no regulamento da autarquia, de modo a que pelo menos seja possibilidade desta Assembleia efetuar um escrutínio, nem que seja mediante um requerimento desses relatórios, para quem de facto possa haver uma transparência que é desejável para todos os envolvidos. -----

Presidente da AF – Informou que relativamente à Minuta da Ata irão seguir os critérios anteriores, ou seja, irá ser enviada para todos os líderes, depois de devidamente assinada. A Ata seguirá posteriormente para todos os Membros desta Assembleia, para serem feitas as correções que entenderem por necessárias. Perguntou ao Plenário se estavam de acordo, tendo a resposta sido afirmativa. Se seguidas deu por terminada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 10 de fevereiro de 2026, pelas 23,220 h.---

O Presidente: 

O 1º Secretário em exercício: 
(Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia)

O 2º Secretário em exercício: 
(Ana Sofia Pinto Barbosa)



PS

Voto de Pesar

SB

Voto de Pesar

Pelas vítimas da Tempestade Kristin ocorrida em 28 de janeiro de 2026.

No dia 28 de janeiro de 2026, durante a madrugada, Portugal sofreu a maior tempestade que há memória registada na sua história: a passagem da Depressão Kristin. A Região Centro, principalmente o distrito de Leiria, foi atingida por ventos superiores a 150 Km/h, queda de árvores, chuva intensa, inundações, estradas obstruídas e cortadas, telhados e outras estruturas arrancados, cortes de energia elétrica devido à queda de postes de alta tensão e a perda de comunicações telefónicas. Esta tempestade que assolou o país, de acordo com os dados fornecidos, provocou 10 vítimas mortais, vários feridos, milhares de famílias ficaram afetadas e as empresas impedidas de laborar. Registaram-se ainda muitas centenas de ocorrências por todo o país, principalmente nos distritos de Leiria e Coimbra e a Norte do Distrito de Lisboa.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, S Nicolau e Vitória, aqui reunida em plenário, manifesta desta forma um voto de pesar, pelas vítimas mortais da Tempestade Kristin, prestando a sua homenagem respeitando um minuto de silêncio.

Porto, 10 de fevereiro de 2026

As/Os representantes do Partido Socialista:



Anexo 2

SB

1 - CIDC 2026

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e Membros do Executivo
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia
Senhoras e Senhores

O actual modelo de financiamento camarário das freguesias do Porto, que teve início em 2015, tem como objetivo suprir as insuficiências da Lei de Financiamento das Autarquias, através de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências.

Ficamos a saber que, apesar deste modelo ser mantido este ano, pelo novo Executivo camarário, poderá eventualmente ser substituído por outro que estará ainda "em estudo".

Assim, penso que existem três questões a esclarecer hoje:

1. o que esta Assembleia irá aceitar contratar com a Câmara, e em que termos;
2. a forma como a Assembleia será informada sobre a sua execução;
3. e as medidas preventivas a tomar face às intenções anunciadas.

Naturalmente, iremos votar a favor desta proposta, como sempre temos feito, de forma a garantir o bom funcionamento dos serviços que a Autarquia presta à população.

No entanto, queremos sublinhar que **continua a não ser apresentado um documento consolidado**, que permitiria reduzir 175 páginas a cerca de três dezenas, pois o que está em causa hoje são apenas as duas primeiras páginas e os Anexos XII e XIII. A CDU tem o documento consolidado e colocá-lo-emos à disposição de quem o desejar.

O Município fará o acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências através, como prevê a



cláusula 9, de Relatórios Semestrais, apresentados a 31 de janeiro e 31 de julho de cada ano.

A CDU entende que, uma vez que é a Assembleia de Freguesia a autorizar a celebração do Contrato, devem-lhe igualmente ser dados a conhecer esses Relatórios - algo a que, os Executivos anteriores, do grupo "Rui Moreira", sempre se furtaram, embora a CDU o tenha requerido formalmente mais de 6 vezes só no mandato anterior.

Entendemos, e cremos que é também esse o entendimento de todas as outras forças políticas aqui representadas, que é essencial que estes Relatórios sejam comunicados à Assembleia logo que entregues ao Município, por questões de transparência, e esperamos que o senhor Presidente o confirme.

Mas não deixaremos de colocar à consideração de todos uma questão que entendemos crucial: esta nossa União de Freguesias não tem um plano alternativo para a eventualidade de estes Contratos deixarem de ser apresentados, ou de nos ser proposta uma alternativa que reduza substancialmente o montante a transferir.

A CDU considera que é importante que a União preveja formas adequadas de garantir em qualquer circunstância o funcionamento da autarquia e dos serviços que presta à população.

Desde modo, apelamos a que o Executivo prepare um documento estratégico sobre a matéria, que possa ser ponderado por esta Assembleia.

Pel'A CDU,

(Margarida Almeida)

10.fevereiro.2026

53
Anexo**2 - Orçamento Colaborativo 2026**

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e Membros do Executivo
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia
Senhoras e Senhores

Na apreciação deste ponto há duas questões fulcrais:

1. de que forma se aplicará este programa municipal na nossa União;
2. de que forma será assegurada a transparência do processo.

Como se sabe, a CDU sempre foi muito crítica deste modelo, dito de "Orçamento Colaborativo", em que inicialmente a Câmara propunha às Juntas de Freguesia uma "colaboração" como forma de financiar projectos, tipicamente da própria Freguesia, mas que passou a ser um modelo de "aquisição de serviços" às Juntas. No início do mandato anterior, as Juntas de Freguesia passaram a ser meramente responsáveis por designar um júri e apoiá-lo na selecção de projectos, a troco de um pagamento de 5 mil euros.

Acresce que, apesar de todas as forças políticas se terem anteriormente pronunciado nesse sentido, nunca o Executivo anterior aceitou que a Assembleia de Freguesia pudesse elaborar um Regulamento, ou até meras diretrizes que pudessem ser comunicadas ao Júri e assim fazer com que os projectos seleccionados fossem mais adequados à realidade da União de Freguesias.

Dá resultaram não só problemas com os Júris e a selecção de projectos, como até a atribuição de apoios a empresas privadas, como foi o caso da firma "Rodesan" em 2023, que recebeu cerca de 5 mil euros sem que nunca se tenha sabido concretamente em que foram aplicados, pois nunca foi apresentado o Relatório final, como era suposto acontecer e esteve sempre estipulado no Contrato, tipicamente no número 2 da sua cláusula 7ª, tal como na presente versão.



Perguntamos: tem a Junta abertura para que se formule um Regulamento?

Por outro lado, a proposta agora apresentada é bastante semelhante à do ano passado: um projecto municipal para financiar projectos até o montante de 150 mil euros, delegando na Junta - que aliás não pode candidatar projectos próprios! - a responsabilidade de organizar o processo e seleccionar os contemplados, a troco de 5 mil euros, e a obrigatoriedade de a Junta apresentar um Relatório sobre a execução de cada projecto no prazo de um mês após a conclusão.

Relatórios esses, que apesar de repetidamente solicitados, nunca foram entregues, em profundo desrespeito por esta Assembleia e dando azo a questões sobre a concretização destes projectos.

Tal como dissemos no ponto anterior, **entendemos**, e cremos que é também esse o entendimento de todas as outras forças políticas aqui representadas, **que é essencial que estes Relatórios sejam comunicados à Assembleia logo que entregues ao Município, de forma a garantir a transparência do processo, e esperamos que o senhor Presidente o confirme.**

Caso não sejam asseguradas estas duas questões, quanto à forma e à transparência, **de novo seremos obrigados a votar contra este processo**, sem que isso impeça que mais uma vez deixemos ao Júri e candidatos, contemplados ou não, a nossa solidariedade e votos de continuação de bom trabalho.

Pe'la CDU,

(Margarida Almeida)

10.fevereiro.2026



Amexo 4

SB

3 - Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2026

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e Membros do Executivo
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia
Senhoras e Senhores

Em Junho passado, o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, criado em 2019 por proposta da CDU, mereceu um elogio unânime da Assembleia Municipal, e por isso este projecto municipal será mantido, algo que nos deixa muito satisfeitos.

Tal como no caso do "Orçamento Colaborativo", também aqui há dois pontos a destacar:

1. de que forma se aplicará este programa municipal na nossa União;
2. de que forma será assegurada a transparência do processo.

Desde logo, mantemos a crítica que aqui temos feito sistematicamente: "na falta de um Regulamento claro e simples e de medidas de divulgação adequadas, este apoio tão necessário para as Associações tornou-se um pesadelo burocrático, e a sua abrangência viu-se dramaticamente reduzida".

Face à ausência de um Regulamento mais simples, mais direto, mais claro, ficaram de fora, nem sequer concorrendo, as associações mais frágeis e vulneráveis, enquanto outras foram contempladas em várias Freguesias e até em ambos os projectos - Fundo do Associativismo e Orçamento Colaborativo - reduzindo o número potencial de beneficiários.



Lamentavelmente, conduziu também a uma situação anómala que, por não ter sido atempada e devidamente esclarecida, nos forçou a votar contra o Relatório Final de Selecção de 2025.

Apesar disso, a CDU continua a valorizar muito este apoio, embora o consideremos insuficiente, uma vez que existem muitas associações na nossa Freguesia que ficam sem apoio. Precisamos de saber se a Junta irá reforçar financeiramente o projecto, como propusemos, e defendemos a criação de mecanismos de simplificação e controlo que impeçam a desigualdade na obtenção deste apoio, no quadro de um Regulamento ou diretrizes que o determinem.

Insistimos ainda para que seja feito um esforço em debater o processo com o movimento associativo, a fim de o melhorar.

E, em segundo lugar, igualmente insistimos em que durante este mandato seja entregue a esta Assembleia cada *"relatório final de execução do contrato, subscrito pelo seu gestor"*, no quadro da fiscalização prevista nos nº 2 e 4 da Cláusula IV e de forma a garantir a transparência do processo, pois até hoje nunca nenhum Relatório foi entregue, como deveria ter acontecido.

Pe'l'A CDU,

(Margarida Almeida)

10.fevereiro.2026